

Alerta Legislação, nº 51, de 17 a 22 dez. 2012
Boletim semanal

Casa Civil do Estado de São Paulo • Biblioteca
<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo Federal

■ **LEI Nº 12.760, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012**

Altera a [Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997](#), que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

Governo do Estado de São Paulo

■ **DECRETO Nº 58.787, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012**

Dispõe sobre as obrigações dos órgãos da administração direta, suas autarquias e fundações resultantes de convênio de adesão a ser celebrado pelo Estado de São Paulo, por meio do Poder Executivo, com a Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo - SP-PREVCOM

D.O.E., Seção I, 22/12/2012, p. 1

	LEGISLAÇÃO FEDERAL
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
21/12/2012	<u>LEI Nº 12.760, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 , que institui o Código de Trânsito Brasileiro.
20/12/2012	<u>LEI Nº 12.745, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Altera as Leis nº 11.759, de 31 de julho de 2008 , que autoriza a criação da empresa pública Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. - CEITEC, 11.578, de 26 de novembro de 2007 , que dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, e 12.462, de 4 de agosto de 2011 , e dá outras providências. <u>LEI Nº 12.744, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Altera o art. 4º e acrescenta art. 54-A à Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991 , que "dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes", para dispor sobre a locação nos contratos de construção ajustada.

	<u>LEI Nº 12.743, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Altera as Leis nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e 12.404, de 4 de maio de 2011, para modificar a denominação da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. - ETAV para Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL, e ampliar suas competências; e revoga dispositivo da Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008. <u>DECRETO Nº 7.870, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Altera o Anexo IV ao Decreto nº 6.707, de 23 de dezembro de 2008, para modificar percentuais aplicados sobre o preço de referência de bebidas para efeito de cálculo da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS e do IPI no regime especial de tributação de bebidas frias. <u>DECRETO Nº 7.869, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Dispõe sobre a execução, no território nacional, da Resolução 2060 (2012), de 25 de julho de 2012, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que prevê exceções aos regimes de sanções aplicáveis à Somália e à Eritreia. <u>DECRETO Nº 7.868, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória. <u>DECRETO Nº 7.867, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Aprova o Programa de Dispendios Globais - PDG para 2013 das empresas estatais federais, e dá outras providências. <u>DECRETO Nº 7.866, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Regulamenta a Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015. <u>DECRETO Nº 7.865, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Altera o Decreto nº 2.122, de 13 de janeiro de 1997, que aprova o Estatuto Social da Casa da Moeda do Brasil. <u>DECRETO Nº 7.864, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Altera o Decreto nº 3.905, de 31 de agosto de 2001, que dispõe sobre a composição, indicação, eleição e nomeação dos membros dos órgãos colegiados do Banco do Brasil S.A., para modificar a composição do Conselho de Administração.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Ministério da Cultura (MinC)	AGÊNCIA NACIONAL DE CINEMA (ANCINE) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 109, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Regulamenta o processo administrativo para aplicação de penalidades por infrações cometidas nas atividades cinematográfica, videofonográfica e de comunicação audiovisual de acesso condicionado, bem como em outras a elas vinculadas, e revoga a Instrução Normativa nº. 30, de 20 de julho de 2004.
Ministério da Defesa (MD)	COMANDO DA AERONÁUTICA <u>PORTARIA Nº 1.282/GC5, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012</u>

	Dispõe sobre o Regime Tarifário e a Metodologia para o Reajuste e a Revisão das Tarifas de Navegação Aérea. GABINETE DO MINISTRO <u>PORTARIA Nº 3.296/MD, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012</u> [...] Art. 1º Aprovar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) do Ministério da Defesa para o triênio 2012-2015. [...] Art. 3º A íntegra do PDTIC 2012-2015 será publicada no sítio do Ministério da Defesa na Internet. [...]
Ministério da Educação (MEC)	COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES) <u>PORTARIA Nº 167, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Cria e regulamenta a concessão da Bolsa Coordenação de Programa de Pós-Graduação, destinada a apoiar a coordenação do respectivo programa. GABINETE DO MINISTRO <u>PORTARIA Nº 1.478, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012</u> [...] Art. 1º Ficam divulgados os resultados finais do Censo Escolar de 2012, na forma dos anexos I e II a esta Portaria. [...] <u>PORTARIA Nº 1.466, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Institui o Programa Inglês sem Fronteiras. [...] Art. 1º Fica instituído o Programa Inglês sem Fronteiras, com o objetivo de propiciar a formação e capacitação de alunos de graduação das instituições de educação superior para os exames linguísticos exigidos para o ingresso nas universidades anglófonas. [...] <u>PORTARIA Nº 1.458, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Define categorias e parâmetros para a concessão de bolsas de estudo e pesquisa no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, na forma do art. 2º, inciso I, da Portaria MEC nº 867, de 4 de julho de 2012. SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR <u>DESPACHOS DO SECRETÁRIO – EM 18 DE DEZEMBRO DE 2012 – Nº 191 -</u> INTERESSADOS: INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (IES) CUJOS CURSOS DE GRADUAÇÃO OBTIVERAM RESULTADOS INSATISFATÓRIOS NO CPC REFERENTE AO ANO DE 2011. [...] 1. Sejam aplicadas medidas cautelares preventivas em face dos cursos de graduação que obtiveram resultados insatisfatórios no CPC, referência 2011, das IES referidas nos ANEXOS I e II [...] <u>PORTARIA Nº 275, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012</u> [...] Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação, conforme planilha anexa, ministrados pelas Instituições de Ensino Superior [...] <u>PORTARIA Nº 274, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012</u> [...] Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação, conforme planilha anexa, ministrados pelas

	Instituições de Ensino Superior [...] <u>PORTARIA Nº 273, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012</u> [...] Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação, conforme planilha anexa, ministrados pelas Instituições de Ensino Superior [...] <u>PORTARIA Nº 271, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012</u> [...] Art. 1º Fica renovado o reconhecimento dos cursos superiores de graduação, conforme planilha anexa, ministrados pelas Instituições de Ensino Superior [...] <u>PORTARIA Nº 270, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012</u> [...] Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação, conforme planilha anexa, ministrados pelas Instituições de Ensino Superior [...]
Ministério da Fazenda (MF)	BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN) <u>CARTA-CIRCULAR Nº 3.579, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Altera o percentual máximo da remuneração da Instituição Custodiante. <u>CARTA-CIRCULAR Nº 3.578, DE 20 DE SETEMBRO DE 2012</u> Dispõe sobre as informações que devem constar no relatório de que trata a Circular nº 3.581, de 2012.* *Estabelece os requisitos mínimos para a utilização de sistemas internos de classificação do risco de crédito no cálculo da parcela PEPR, de que trata a Resolução nº 3.490, de 29 de agosto de 2007. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF) <u>CIRCULAR Nº 607, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Define critérios para hierarquização e seleção de propostas apresentadas pelas Securitizadoras ao Agente Operador do FGTS, para aquisição de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI, com recursos do FGTS. COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM) <u>DELIBERAÇÃO Nº 700, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Colocação irregular de ações no mercado de valores mobiliários sem os competentes registros previstos na Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, na Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 e na Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009. <u>DELIBERAÇÃO Nº 699, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Aprova o Pronunciamento Técnico CPC 46 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de mensuração do valor justo. <u>DELIBERAÇÃO Nº 698, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Aprova o Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de demonstrações consolidadas. CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS (COAF)

RESOLUÇÃO N° 23, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012

Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas pessoas físicas ou jurídicas que comercializam joias, pedras e metais preciosos, na forma do § 1º do art. 14 da [Lei nº 9.613, de 3.3.1998](#).

RESOLUÇÃO N° 22, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012

Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas sociedades que efetuem, direta ou indiretamente, distribuição de dinheiro ou quaisquer bens móveis ou imóveis mediante a exploração de loterias de que trata o [Decreto-Lei nº 204, de 27.2.1967](#), na forma do § 1º do art. 14 da [Lei nº 9.613, de 3.3.1998](#).

RESOLUÇÃO N° 21, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012

Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas empresas de fomento comercial, na forma do § 1º do art. 14 da [Lei nº 9.613, de 3.3.1998](#).

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA (CONFAZ)

ATO COTEPE/PMPF N° 24, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012

Preço médio ponderado a consumidor final (PMPF) de combustíveis.

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA N° 393, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012

Altera a Portaria nº 479, de 29 de dezembro de 2000, do Ministro de Estado da Fazenda, que dispõe sobre o credenciamento de instituições financeiras para a prestação de serviços de arrecadação de receitas federais e dá outras providências.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB)

PORTARIA N° 2.563, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012

Estabelece parâmetros para a indicação das pessoas jurídicas a serem submetidas ao acompanhamento econômico-tributário diferenciado e especial no ano de 2013 e dá outras providências.

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 65, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012

Altera o Manual de Orientação do Leiaute da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep, da Cofins e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (EFDContribuições), constante no Anexo Único do ADE Cofis nº 20, de 14 de março de 2012 .

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS (SUSEP)

CIRCULAR N° 458, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012

Revoga a modalidade de Seguros Singulares.

CIRCULAR N° 457, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012

Institui o Teste de Adequação de Passivos para fins de elaboração das demonstrações financeiras e define regras e procedimentos para sua realização, a serem observados pelas sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar e resseguradores locais.

	<u>CIRCULAR N° 456, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Dispõe sobre a transferência de carteira integral ou parcial entre as sociedades seguradoras, as sociedades de capitalização e as entidades abertas de previdência complementar, estabelece seus efeitos nos produtos/planos e dá outras providências.
Ministério da Justiça (MJ)	ARQUIVO NACIONAL CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ) <u>RESOLUÇÃO N° 37, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Aprova as Diretrizes para a Presunção de Autenticidade de Documentos Arquivísticos Digitais. <u>RESOLUÇÃO N° 36, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Dispõe sobre a adoção das Diretrizes para a Gestão arquivística do Correio Eletrônico Corporativo pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR. DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL (DPF) <u>PORTARIA N° 12.620, DE 13 DEZEMBRO DE 2012</u> Dispõe sobre as normas relacionadas ao credenciamento de instrutores dos cursos voltados à formação, reciclagem e especialização dos profissionais de segurança privada. DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL (DEPEN) <u>PORTARIA N° 600, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Procedimentos, critérios e prioridades para a concessão de financiamento de projetos referentes à temática de Capacitação Profissional do Preso e Egresso, no eixo de Reintegração Social, com recursos provenientes da Emenda Parlamentar de Apropriação de Despesa 34940012 - LOA no exercício de 2012 Assistência ao Egresso, no eixo de Reintegração Social <u>PORTARIA N° 591, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Estabelece procedimentos, critérios e prioridades para concessão de recursos financeiros voltados à execução de obras de construção de cadeias públicas, objeto do Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional, e dá outras providências. GABINETE DO MINISTRO <u>PORTARIA N° 3.251, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Institui a Política de Segurança da Informação e Comunicações do Ministério da Justiça, e dá outras providências.
Ministério da Previdência Social (MPS)	GABINETE DO MINISTRO <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL N° 598, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Dispõe sobre a concessão e manutenção, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do auxílio especial mensal aos jogadores das seleções campeãs do mundo em 1958, 1962 e 1970, de que tratam os arts. 37 a 47 da Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012. INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS) <u>RESOLUÇÃO N° 258, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Aprova o Manual do Reconhecimento Inicial de Direitos -

	Volume IV – auxílio-doença, auxílio-acidente, aposentadoria por invalidez e salário-maternidade. SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR <u>PORTARIA Nº 744, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Dispõe sobre a atualização dos valores das penalidades administrativas de multa pecuniária. <u>PORTARIA Nº 743, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Dispõe sobre a atualização dos valores, mínimo e máximo, da penalidade pecuniária por descumprimento total ou parcial de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC.
Ministério da Saúde (MS)	AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 41, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Dispõe sobre o detalhamento da Resolução Normativa nº 254, de 5 de maio de 2011 que dispõe sobre a adaptação e migração dos contratos celebrados até 1º de janeiro de 1999. <u>RETIFICAÇÃO</u> Na Instrução Normativa - IN nº 41, de 5 de dezembro de 2012, publicada no DOU nº 235, de 6 de dezembro de 2012, Seção 1, páginas 66, onde se lê: "Art. 7º No instrumento jurídico utilizado para adaptação, deverá ser apresentada uma tabela de preços por faixa etária exclusiva para o ingresso de novos beneficiários, titulares ou dependentes.", leia-se: "Art. 7º No instrumento jurídico utilizado para adaptação de contrato coletivo, deverá ser apresentada uma tabela de preços por faixa etária exclusiva para o ingresso de novos beneficiários, titulares ou dependentes.". CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS) <u>RESOLUÇÃO Nº 459, DE 10 DE OUTUBRO DE 2012</u> [...] Art.1º Aprovar o Modelo Padronizado de Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas para os Estados e Municípios, conforme dispõe o parágrafo 4º do artigo 36 da <u>Lei Complementar nº 141/2012</u>, na forma do Anexo I desta resolução. [...] <u>RESOLUÇÃO Nº 460, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2012</u> [...] Aprovar a criação de um Comitê Técnico Intersectorial de Atenção Integral às Pessoas Celíacas [...] GABINETE DO MINISTRO <u>PORTARIA Nº 2.940, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Altera o § 1º do art. 4º da Portaria nº 2.517/GM/MS, de 1º de novembro de 2012, que dispõe sobre o repasse de recursos financeiros de custeio a Estados e Distrito Federal para apoio a projetos de planos de carreira e despreciação do trabalho em saúde. <u>PORTARIA Nº 2.938, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Autoriza o repasse do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos Estaduais de Saúde e do Distrito Federal, para o fortalecimento da Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos, destinado aos Estados e Distrito Federal. <u>PORTARIA Nº 2.933, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012</u>

	Estabelece recursos a serem incorporados ao limite financeiro anual de Média e Alta Complexidade do Estado de São Paulo. <u>PORTARIA N° 2.887, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Dispõe sobre o processo de implantação e credenciamento das Equipes de Atenção Básica nos Municípios e no Distrito Federal. <u>PORTARIA N° 2.829, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Inclui a Fase IV no Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN), instituído pela Portaria nº 822/GM/MS, de 6 de junho de 2001. <u>PORTARIA N° 2.825, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Dispõe sobre cadastramento e habilitação de propostas para a construção de Unidades Básicas de Saúde nos Municípios pela Unidade Federativa Estadual com recursos de Emendas Parlamentares <u>PORTARIA N° 1.237, DE 14 DE JUNHO DE 2012(*)</u> Define incentivo financeiro para compensação dos fluxos migratórios nos Municípios com impacto direto na implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE-Belo Monte). (*) Republicada por ter saído, no DOU nº 115, de 15-6-2012, Seção 1, pág. 59, com incorreção no original.
Ministério das Cidades (MCid)	CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN) <u>DELIBERAÇÃO N° 132, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Altera redação do Art. 5º da Resolução CONTRAN nº 402 de 26 de abril de 2012 que estabelece requisitos técnicos para a indicação no CRV e CRLV das características de acessibilidade para os veículos de transporte coletivo de passageiros. <u>DELIBERAÇÃO N° 131, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Altera a Resolução nº 412, de 09 de agosto de 2012, que dispõe sobre a implantação do Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos - SINIAV em todo o território nacional. GABINETE DO MINISTRO <u>PORTARIA N° 598, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Aprova a liberação de recursos do Orçamento Geral da União do Programa de Aceleração do Crescimento para execução de iniciativas de macrodrenagem; prevenção de enchentes, enxurradas e alagamentos; e contenção de encostas. <u>PORTARIA N° 594, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Publicação Consolidada da Portaria nº 406, de 2 de setembro de 2011, que regulamenta o Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, para os fins que especifica, determinada pelo art. 6º da Portaria nº 593, de 13 de dezembro de 2012. <u>PORTARIA N° 593, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Altera a Portaria N° 406, de 02 de setembro de 2011, do Ministério das Cidades, que regulamenta o Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, para os fins que especifica. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 50, DE 17 DE DEZEMBRO DE</u>

	<u>2012</u> Regulamenta, no âmbito do Ministério das Cidades, o Processo de Habilitação e Contratação relativo aos exercícios de 2012 e 2013 de operações de crédito para a execução de ações de saneamento básico, na modalidade de Manejo de Águas Pluviais, a que se refere o art. 9º-B da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, do Conselho Monetário Nacional, e suas alterações e aditamentos - Mutuários Públicos, inseridas no PAC.
Ministério das Comunicações (MC)	GABINETE DO MINISTRO <u>PORTARIA Nº 489, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012</u> [...] Art. 1º Aprovar a Norma Regulamentar do Canal da Cidadania, na forma do Anexo a esta Portaria. [...] SECRETARIA EXECUTIVA <u>PORTARIA Nº 519, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Aprova a instituição e o funcionamento da equipe de tratamento e resposta a incidentes em redes computacionais - ETIR – do Ministério das Comunicações - MC.
Ministério de Minas e Energia (MME)	AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 523, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Estabelece as disposições relativas ao cálculo extraordinário das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão - TUSTs, conforme o disposto na Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012 e no Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012. <u>RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.401, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Fixa o valor da Tarifa Atualizada de Referência - TAR para o cálculo da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH. <u>RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.399, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Homologa as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSDg de referência aplicáveis às centrais geradoras conectadas nos níveis de tensão de 88 kV a 138 kV a serem consideradas na revisão tarifária extraordinário de que trata a Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012. <u>RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.398, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Estabelece o valor das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão - TUST de energia elétrica, componentes do Sistema Interligado Nacional, conforme o disposto na Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012 e no Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012. <u>RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.395, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Altera a Resolução Homologatória nº 1.313, de 26 de junho de 2012, que estabelece as receitas anuais permitidas pela disponibilização das instalações sob responsabilidade de concessionárias de serviço público de transmissão de energia, e dá outras providências.

	<u>RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 3.787, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Autoriza o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS - a utilizar a Curva de Aversão a Risco - CAR - das Regiões Sudeste/Centro-Oeste, Sul e Nordeste, atualizada para o período compreendido de janeiro de 2013 a dezembro de 2014. AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP) <u>RESOLUÇÃO Nº 46, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012</u> [...] Considerando que o óleo diesel S10 substituirá o óleo diesel S50 a partir de 1º de janeiro de 2013, resolve: [...] <u>RESOLUÇÃO Nº 45, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012</u> [...] Art. 1º Esta Resolução tem por objetivo regulamentar a especificação do óleo diesel de uso não rodoviário, doravante denominado óleo diesel não rodoviário, consoante as disposições contidas no Regulamento Técnico ANP nº 8/2012, parte integrante desta Resolução, e as obrigações quanto ao controle da qualidade a serem atendidas pelos diversos agentes econômicos que comercializam o produto em todo o território nacional. [...]
Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)	GABINETE DO MINISTRO <u>PORTARIA Nº 112, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Dispõe sobre os critérios e procedimentos relativos à habilitação, seleção e participação dos fornecedores brasileiros de máquinas e equipamentos no Programa Mais Alimentos Internacional. <u>PORTARIA Nº 97, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Institui o Programa Mais Alimentos nas suas modalidades nacional e internacional.
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)	GABINETE DO MINISTRO <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 297, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Institui o Comitê de Orientação Estratégica da Bienal Brasileira de Design.
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)	GABINETE DA MINISTRA <u>PORTARIA CONJUNTA Nº 3, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Dispõe sobre a convocação ordinária da IX Conferência Nacional de Assistência Social e dá outras providências. <u>PORTARIA Nº 261, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Aprova o Plano de Ação Global do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para o período de 2012 a 2015. SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL <u>RESOLUÇÃO Nº 53, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Altera o preço de referência para aquisições de leite em pó produzido pela agricultura familiar, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.

Ministério do Meio Ambiente (MMA)	GABINETE DA MINISTRA <u>PORTARIA Nº 455, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Dispõe sobre o processo seletivo dos integrantes da Comissão Organizadora Nacional da IV Conferência Nacional do Meio Ambiente - CNMA. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 14, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Dispõe sobre o controle das importações de Hidroclorofluorcarbonos - HCFCs e de misturas contendo HCFCs, em atendimento à Decisão XIX/6 do Protocolo de Montreal, e dá outras providências. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 13, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012</u> [...] Art. 1º. Publicar a Lista Brasileira de Resíduos Sólidos, a qual será utilizada pelo Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, pelo Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental e pelo Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos, bem como por futuros sistemas informatizados do Ibama que possam vir a tratar de resíduos sólidos. [...]
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)	GABINETE DA MINISTRA <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 617, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012</u> [...] Art. 1º Autorizar, para o período de 12 meses, os quantitativos máximos de pessoal civil contratado por tempo determinado, com dotação orçamentária específica, para atender a encargos temporários de obras e serviços de engenharia de excepcional interesse público, executados pelas unidades que integram o Sistema de Engenharia e Construção do Comando do Exército, de acordo com o anexo a esta Portaria Interministerial. [...] SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL (SOF) <u>PORTARIA Nº 167, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Estabelece procedimentos a serem observados na reabertura de créditos especiais e extraordinários, no âmbito dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e do Ministério Público da União, no exercício de 2013.
Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR (CODEFAT) <u>RESOLUÇÃO Nº 706, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Altera a Resolução nº 679, de 29 de setembro de 2011, que estabelece diretrizes e critérios para transferências de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, aos estados, municípios, organizações governamentais, não governamentais ou intergovernamentais, com vistas à execução do Plano Nacional de Qualificação - PNQ, como parte integrada do Sistema Nacional de Emprego - SINE, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego. <u>RESOLUÇÃO Nº 705, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Aprova formulário para a concessão do Seguro-Desemprego do

	Pescador Artesanal. <u>RESOLUÇÃO N° 704, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Prorroga a vigência da Linha de crédito FAT TAXISTA. <u>RESOLUÇÃO N° 703, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Dispõe sobre a Programação Anual da Aplicação dos Depósitos Especiais do FAT - PDE, para o exercício de 2013. CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA N° 99, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Disciplina a concessão de autorização de trabalho para obtenção de visto temporário a estrangeiro com vínculo empregatício no Brasil.
Ministério do Turismo (MTur)	GABINETE DO MINISTRO <u>PORTARIA N° 381, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Autoriza a análise das propostas de projetos de infraestrutura turística cadastradas no SICONV até 30 de novembro de 2012, desde que o respectivo envio pelo sistema ocorra até 26 de dezembro de 2012.
Ministério dos Transportes (MT)	AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES (ANTT) <u>RESOLUÇÃO N° 3.974, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, aprovado pela Resolução nº 3.000, de 28 de janeiro de 2009. <u>RESOLUÇÃO N° 3.953, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Transportes Terrestres, aprovado pela Resolução nº 3.000, de 28 de janeiro de 2009.
Poder Judiciário	ENTIDADES DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO DAS PROFISSÕES LIBERAIS CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM) <u>RESOLUÇÃO N° 2.005, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012</u> Dispõe sobre a nova redação dos Anexos II e III da Resolução CFM nº 1.973/11, que celebra o convênio de reconhecimento de especialidades médicas firmado entre o Conselho Federal de Medicina (CFM), a Associação Médica Brasileira (AMB) e a Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM).
Presidência da República	ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (AGU) <u>PORTARIA N° 580, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Altera a Portaria AGU nº 33, de 20 de janeiro de 2011, que regula no âmbito da Advocacia-Geral da União as medidas de estímulo à liquidação ou renegociação, previstas no art. 8º-A da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, acrescido pela Lei nº 12.380, de 10 de janeiro de 2011, alterado pela Lei nº 12.716, de 21 de setembro de 2012, para as dívidas originárias de operações do Prodecer - Fase II, do Profir e do Provárzeas. SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS (SEDH) <u>PORTARIA N° 1.461, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Dispõe sobre o cadastramento dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente Distrital, estaduais e municipais junto à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

	<u>RESOLUÇÃO N° 8, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Dispõe sobre a abolição de designações genéricas, como "autos de resistência", "resistência seguida de morte", em registros policiais, boletins de ocorrência, inquéritos policiais e notícias de crime. <u>RESOLUÇÃO N° 6, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2012</u> Estabelece normas para processo seletivo eleitoral das entidades da sociedade civil, para composição do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - CNCD/LGBT.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
22/12/2012	DECRETO N° 58.792, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012 Integra no Sistema Único de Saúde - SUS/SP, para fins de concessão da Gratificação Especial de Suporte à Saúde - GESS, a unidade de saúde que especifica da Secretaria da Administração Penitenciária e dá providências correlatas D.O.E., Seção I, 22/12/2012, p. 3 DECRETO N° 58.791, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012 Aprova e fixa os valores a serem cobrados pelo uso dos recursos hídricos de domínio de Estado de São Paulo na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos Mogi-Guaçu D.O.E., Seção I, 22/12/2012, p. 3 DECRETO N° 58.787, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012 Dispõe sobre as obrigações dos órgãos da administração direta, suas autarquias e fundações resultantes de convênio de adesão a ser celebrado pelo Estado de São Paulo, por meio do Poder Executivo, com a Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo - SP-PREVCOM D.O.E., Seção I, 22/12/2012, p. 1 DECRETO N° 58.786, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012 Dispõe sobre o Conselho de Orientação do Fundo de Apoio a Contribuintes do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas D.O.E., Seção I, 22/12/2012, p. 1
21/12/2012	<u>DECRETO N° 58.772, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Aprova e fixa os valores a serem cobrados pelo uso dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos Sapucaí-Mirim/Grande <u>DECRETO N° 58.771, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Aprova e fixa os valores a serem cobrados pelo uso dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Pardo. <u>DECRETO N° 58.770, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012</u>

Altera o [Decreto 57.686, de 27 de dezembro de 2011](#), que disciplina a concessão de regime especial para apropriação e utilização de crédito acumulado do ICMS por contribuinte classificado nos códigos 1011-2 e 1012-1 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), que realize saídas de carne e demais produtos comestíveis resultantes do abate de aves, gado e leporídeos

DECRETO Nº 58.769, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012

Altera o [Decreto 55.307, de 30-12-2009](#), que fixa prazo especial para recolhimento do ICMS devido, na condição de sujeito passivo por substituição, pelas operações subsequentes com as mercadorias que especifica

DECRETO Nº 58.768, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012

Altera os [Decretos 53.051/08](#), [53.826/08](#) e [54.904/09](#), que tratam, respectivamente, do Programa de Incentivo ao Investimento pelo Fabricante de Veículo Automotor, dos Incentivos no Âmbito dos Parques Tecnológicos e do Programa de Incentivo ao Investimento pelo Fabricante de Produtos da Indústria de Processamento Eletrônico de Dados

DECRETO Nº 58.767, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012

Altera o Regulamento do ICMS e o [Decreto nº 51.624, de 28 de fevereiro de 2007](#)

DECRETO Nº 58.766, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012

Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS

DECRETO Nº 58.765, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012

Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS

DECRETO Nº 58.764, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012

Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS

DECRETO Nº 58.763, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012

Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS

DECRETO Nº 58.762, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012

Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS

DECRETO Nº 58.761, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012

Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre

	Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS <u>DECRETO Nº 58.760, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS <u>DECRETO Nº 58.759, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS <u>DECRETO Nº 58.758, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS <u>DECRETO Nº 58.757, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Dispõe sobre a possibilidade de contribuintes que exercem a atividade de comércio varejista parcelarem o ICMS devido pelas saídas de mercadorias promovidas em dezembro de 2012
20/12/2012	<u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.190, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Altera a Lei Complementar nº 1.110, de 14 de maio de 2010, que instituiu o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado <u>DECRETO Nº 58.753, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Transfere da administração da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo para a da Coordenadoria de Parques Urbanos - CPU, da Secretaria do Meio Ambiente, as áreas que especifica, e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 58.752, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Integra no Sistema Único de Saúde - SUS/SP, para fins de atribuição da Gratificação pelo Desempenho e Apoio às Atividades Periciais e de Assistência à Saúde - GDAPAS, bem como da Gratificação Especial de Suporte à Saúde - GESS, a unidade de saúde da Secretaria da Administração Penitenciária que especifica e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 58.751, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Fixa a frota de veículos do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN-SP, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional <u>DECRETO Nº 58.747, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Cria e organiza as Divisões de Administração, da Academia de Polícia - ACADEPOL e dos Departamentos de Polícia Judiciária de São Paulo Interior - DEINTERs de 1 a 9, dispõe sobre as competências dos respectivos Delegados de Polícia Diretores de Departamento relativas a administração geral, e dá

	providências correlatas
18/12/2012	Comunicado Nos termos do Dec. 57.550-2011, outorgo a Medalha do Mérito Esportivo do Governo do Estado de São Paulo, aos atletas e componentes da delegação do Sport Clube Corinthians Paulista que conquistaram o Mundial de Clubes da FIFA em Yokohama - Japão. D.O.E., Seção I, 18/12/2012, p. 1 <u>DECRETO Nº 58.733, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Dá nova redação aos dispositivos que especifica do Decreto nº 58.057, de 18 de maio de 2012, que regulamenta a promoção por merecimento para os ocupantes do cargo de Agente Fiscal de Rendas do Quadro da Secretaria da Fazenda e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 58.719, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Altera as disposições do Decreto nº 57.658, de 21 de dezembro de 2011, que dispõe, nos termos do § 8º do artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, sobre a aplicação, no exercício de 2012, dos recursos sob Regime Especial vinculados ao pagamento de precatórios
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Administração Penitenciária (SAP)	GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SAP-245, DE 20/12/12</u> Designa órgão gerenciador de que trata o artigo 4º, do Decreto 47.945, de 16-07-2003, que “Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto nos artigos 15 da Lei Federal 8.666/93 e da Lei Estadual 6.544/89 e artigo 11 da Lei Federal 10.520, de 17-07-2002 e dá providências correlatas
Agricultura e Abastecimento (SAA)	AGÊNCIA PAULISTA DE TECNOLOGIA DOS AGRONEGÓCIOS INSTITUTO BIOLÓGICO <u>PORTARIA DO DIRETOR TÉCNICO DE DEPARTAMENTO, DE 21-12-2012</u> Altera a composição da Comissão de Ética em Experimentação Animal do Instituto Biológico
Casa Civil (CC)	CORREGEDORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO (CGA) <u>DECLARAÇÃO ANUAL DE BENS E VALORES – DECLARAÇÃO PÚBLICA DE BENS – ANUAL 2011</u> Em cumprimento ao disposto no Dec. 54.264-2009, a Corregedoria Geral da Administração faz publicar a declaração anual atualizada de bens e valores das autoridades e dos dirigentes abrangidos pelo art. 3º, incs. II a V, do Dec. 41.865-97, com redação alterada pelos arts. 53 e 54 do Dec. 57.500-2011 e art. 7º do Dec. 58.276-2012.
Cultura (SC)	GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SC-102, DE 20-12-2012</u> Dispõe sobre o limite de valores estabelecidos para apreciação de projetos pela Comissão de Análise de Projetos – CAP, com base nos recursos disponibilizados em função da renúncia de

	parte do valor do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, e revoga a Resolução SC 99, de 03-11-2011
Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia (SDECT)	GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SDECT N° 15, DE 20-12-2012</u> Credencia, em caráter definitivo, o Parque Tecnológico de Piracicaba no Sistema Paulista de Parques Tecnológicos – SPTec. <u>RESOLUÇÃO SDECT N° 14, DE 20-12-2012</u> Credencia, em caráter definitivo, o Parque Tecnológico de Santos no Sistema Paulista de Parques Tecnológicos – SPTec.
Desenvolvimento Social (SEDS)	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CONSEAS) <u>DELIBERAÇÃO CONSEAS-36, DE 20-12-2012</u> Dispõe sobre aprovação de Termos de Aceite para o Serviço de Acolhimento Institucional para jovens e adultos com deficiência em Residência Inclusiva e Centro Dia de referência para Pessoas com Deficiência <u>DELIBERAÇÃO CONSEAS-34, DE 18-12-2012</u> Cria Comissão Organizadora da IX Conferência Estadual de Assistência Social <u>DELIBERAÇÃO CONSEAS-033, DE 18-12-2012</u> Dispõe sobre a Comissão Organizadora para coordenação dos trabalhos do Pleito Eleitoral - 2013, que elegerá representantes da Sociedade Civil para compor o Conselho Estadual de Assistência Social de São Paulo - Conseas/SP <u>DELIBERAÇÃO CONSEAS/SP-032, DE 20-12-2012</u> Aprova o Relatório da Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS), do período de julho a setembro de 2012, apresentado pela Coordenadoria de Administração de Fundos e Convênios da Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDS GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SEDS-031, DE 18-12-2012</u> Dispõe sobre as condições para celebração de convênios com Municípios, visando à implementação do Programa Estadual São Paulo Amigo do Idoso e dá providências (Publicada em 19/12/2012 e republicada em 20/12 por conter incorreções)
Educação (SE)	GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SE 100, DE 21-12-2012</u> Dispõe sobre aplicação de recursos financeiros referentes a convênio celebrado nos termos do Decreto 40.722/96 <u>RESOLUÇÃO SE 99, DE 20-12-2012</u> Dispõe sobre aplicação de recursos financeiros referentes a convênio celebrado nos termos do Decreto 40.722/96
Energia (SEE)	AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO E ENERGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (ARSESP) <u>DELIBERAÇÃO ARSESP 393, DE 21-12-2012</u>

	Dispõe sobre o Montante Mínimo de recursos financeiros a ser aplicado pela Concessionária Gás Natural São Paulo Sul S/A, na execução do seu Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e de Conservação e Racionalização do Uso do Gás Natural, referente ao ciclo 2012/2013. <u>DELIBERAÇÃO ARSESP 392, DE 21-12-2012</u> Dispõe sobre o Montante Mínimo de recursos financeiros a ser aplicado pela Concessionária Gás Brasileiro Distribuidora S/A, na execução do seu Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e de Conservação e Racionalização do Uso do Gás Natural, referente ao ciclo 2012/2013. <u>DELIBERAÇÃO ARSESP Nº 391, DE 21-12-2012</u> Dispõe sobre o Montante Mínimo de recursos financeiros a ser aplicado pela Concessionária Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS, na execução do seu Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e de Conservação e Racionalização do Uso do Gás Natural, referente ao ciclo 2012/2013 <u>DELIBERAÇÃO ARSESP 390, DE 21-12-2012</u> Dispõe sobre a aprovação do Manual de Elaboração e Avaliação do Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e de Conservação e Racionalização do Uso do Gás Natural no Estado de São Paulo, referente ao ciclo 2012/2013, e outras providências.
Fazenda (SF)	COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (CAT) <u>PORTARIA CAT 162, DE 21-12-2012</u> Altera a Portaria CAT-44/08, de 28-3-2008, que disciplina o cumprimento das obrigações principal e acessórias relativas às mercadorias existentes em estoque no dia imediatamente anterior ao do início da vigência do regime de retenção antecipada por substituição tributária. <u>PORTARIA CAT 161 , DE 21-12-2012</u> Altera a Portaria CAT-121/12, de 27-8-2012, que estabelece a base de cálculo na saída de produtos de materiais de construção e congêneres, a que se refere o artigo 313-Z do Regulamento do ICMS. <u>PORTARIA CAT 156, DE 19-12-2012</u> Altera as Portarias CAT 137/11, 105/12, 106/12, 107/12, 109/12, 110/12, 111/12, 112/12, 113/12, 114/12, 115/12, 116/12, 117/12, 118/12, 119/12 e 120/12, que dispõem sobre a base de cálculo para fins de retenção do imposto devido por substituição tributária. <u>COMUNICADO DA-94, DE 18-12-2012</u> Divulga Tabela Prática para Atualização de Débitos, exceto os relativos a ICMS e IPVA, por meio da UFESP mensal, aplicável no período de 1º de janeiro a 31-12-2013 <u>COMUNICADO DA-93, DE 18-12-2012</u> Divulga Tabela Prática para Atualização dos Débitos Fiscais

	relativos ao IPVA, por meio da UFESP mensal, aplicável no período de 1º de janeiro a 31-12-2013 <u>COMUNICADO DA-92, DE 18-12-2012</u> Divulga Tabela Prática para Atualização dos Débitos Fiscais relativos ao ICMS, por meio da UFESP mensal, aplicável no período de 1º de janeiro a 31-12-2013 <u>COMUNICADO DA-91, DE 18-12-2012</u> Divulga o valor mínimo para emissão de Nota Fiscal de Venda a Consumidor para o período de 1º de janeiro a 31-12-2013 <u>COMUNICADO DA-90, DE 18-12-2012</u> Divulga o valor da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo – UFESP para o período de 1º de janeiro a 31-12-2013 FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SÃO PAULO (SP-PREVCOM) <u>RESOLUÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO 03/2012</u> Assunto: Aprova o Regimento Interno da Diretoria Executiva. GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SF 92, DE 20-12-2012</u> Divulga o valor da Receita Corrente Líquida de outubro de 2012. <u>RESOLUÇÃO SF 91, DE 18-12-2012</u> Dispõe sobre a revisão dos valores da despesa diária de condução.
Gestão Pública (SGP)	GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SGP-53, DE 19-12-2012</u> O Secretário de Gestão Pública, tendo em vista o pagamento da Bonificação por Resultados - BR, instituída pela Lei Complementar 1.104, de 17-03-2010, faz saber que: Art. 1º - O valor do Índice Agregado de Cumprimento de Metas - IACM, referente ao período de avaliação janeiro a dezembro de 2011, corresponde a 97,77% (noventa e sete inteiros e setenta e sete centésimos por cento) para a Secretaria de Gestão Pública, conforme apuração efetuada pela comissão instituída pela Resolução SGP-36, de 27-07-2012, e consubstanciada na nota técnica anexa. [...]
Justiça e Defesa da Cidadania (SJDC)	GABINETE DA SECRETÁRIA <u>RESOLUÇÃO SJDC-070, DE 20-12-2012</u> Altera a Resolução SJDC 65, de 23-11-2012, que dispõe sobre a composição da Comissão para Erradicação do Trabalho Escravo do Estado de São Paulo
Logística e Transportes (SLT)	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM (DER) <u>PORTARIA SUP/DER-084, DE 21-12-2012</u> Dispõe sobre a circulação de veículos de carga na SP 055, nas condições que especifica. (3.3) GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SLT-15, DE 19-12-2012</u> Dispõe sobre a alteração do § 2º, do artigo 4º da Resolução SLT 13/2011, que estabeleceu as normas para a padronização, implementação e operação do Sistema Automático de

	Arrecadação de Pedágio nas rodovias concedidas ou administradas pelo Estado de São Paulo
Meio Ambiente (SMA)	FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO <u>PORTARIA NORMATIVA FF/DE-174, DE 20-12-2012</u> Estabelece os procedimentos para acompanhamento e execução de Termos de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCAs), Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), Convênios, Acordos Judiciais e demais instrumentos, decorrentes de danos ambientais e que visam destinar recursos financeiros para as Unidades de Conservação sob a gestão da Fundação Florestal GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA SMA/SSRH-5, 21-12-2012</u> Dispõe sobre o intercâmbio de informações entre o Projeto de Apoio à Gestão Municipal de Resíduos Sólidos, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, e o Programa Estadual de Apoio Técnico à Elaboração dos Planos Municipais de Saneamento, da Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA SEE-SMA-1 DE 14-12-2012</u> [...] Artigo 1º - Instituir mecanismos de cooperação técnica entre a Secretaria de Energia e a Secretaria do Meio Ambiente com a finalidade de racionalizar e aperfeiçoar a implantação e operacionalização de suas respectivas ações no âmbito dos objetivos de aproveitamento de recursos minerais, assegurando a fiel execução das diretrizes e objetivos da política mineral do Estado, e compatibilizá-las com as diretrizes e políticas ambientais. [...] <u>RESOLUÇÃO SMA-103, DE 20-12-2012</u> Dispõe sobre a fiscalização do gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. <u>RESOLUÇÃO SMA-102, DE 20-12-2012</u> Dispõe sobre dispensa de licenciamento ambiental para as atividades de compostagem e vermicompostagem em instalações de pequeno porte, sob condições determinadas. <u>RESOLUÇÃO SMA-98, DE 18-12-2012</u> Dispõe sobre a criação do Grupo de Trabalho para elaboração do Programa Paulista de Destinação de Animais Silvestres do Estado de São Paulo e define suas principais diretrizes
Planejamento e Desenvolvimento Regional (SPDR)	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (DETRAN) <u>PORTARIA DETRAN-2007, DE 17-12-2012</u> Relaciona e indica condutores notificados no mês de dezembro de 2012, consoante exigência prevista na Portaria Detran n. 767, de 2006
Procuradoria Geral do Estado (PGE)	GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO <u>RESOLUÇÃO PGE Nº 34, DE 19-12-2012</u> Altera dispositivos da Resolução PGE nº 68, de 11 de outubro de 2011, que disciplinou a implantação da Gratificação de Atividade Especial – GAE no âmbito da Procuradoria Geral do Estado

Saneamento e Recursos Hídricos (SSRH)	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS (CRH) <u>DELIBERAÇÃO CRH-146, DE 11-12-2012</u> Aprova os critérios, os prazos e os procedimentos para a elaboração do Plano de Bacia Hidrográfica e do Relatório de Situação dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica COORDENADORIA DE RECURSOS HÍDRICOS <u>DELIBERAÇÃO CBH-PS-017, DE 18-12-2012</u> Aprova a prorrogação do prazo determinado na Deliberação CBH-PS 013/2011 que “Aprova o plano anual de aplicação dos recursos financeiros da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, arrecadados na UGRHI-2 em 2011, para a cobertura de custos operacionais da cobrança e para o desenvolvimento das atividades da Secretaria Executiva, para o exercício de 2012 <u>DELIBERAÇÃO CBH-PS-016, DE 18-12-2012</u> O Comitê das Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul - CBH - PS, com base na Deliberação 046/99 cria o Grupo de Trabalho com atribuição específica de elaborar estudo de viabilidade de instalação da Fundação Agência das Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul - FABH-PS <u>DELIBERAÇÃO CBH-PS 015, DE 18-12-2012</u> Aprova o regulamento do processo eleitoral do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CBP-PS
Saúde (SS)	COORDENADORIA DE CONTROLE DE DOENÇAS <u>PORTARIA CVE - 4, DE 20-12-2012</u> Dispõe sobre a adoção, em todo âmbito do Sistema de Saúde do Estado de São Paulo, de critério uniforme de identificação das semanas epidemiológicas do ano para efeito de registro, tabulação e apresentação de dados estatísticos quer técnicos, quer administrativos. GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SS - 120, DE 19-12-2012</u> Dispõe sobre o teto financeiro de média e alta complexidade hospitalar, dos prestadores de serviços sob gestão estadual, nos convênios e contratos firmados no âmbito do SUS-SP, decorrentes dos recursos incorporados ao teto financeiro da assistência e dá outras providências.
Segurança Pública (SSP)	POLÍCIA CIVIL DO ESTADO <u>PORTARIA DSPSA-6, DE 19-12-2012</u> Revoga a Portaria 02/11 Seccional de Santo André, disciplina o funcionamento do Plantão Policial do 4º. Distrito Policial de Santo André e o redirecionamento de ocorrências das demais unidades onde não há atendimento 24h <u>PORTARIA DPCRD/DECADE-2/2011, DE 17-12-2011</u> [...] Artigo 1º. Padronizar procedimentos aptos a suplementar a interpretação das normas inerentes em vigor, em especial a <u>Resolução SSP 154/2011</u> *. [...] * Dá nova disposição sobre a fiscalização, fabrico, comércio e uso de fogos de artifício no Estado de São Paulo POLÍCIA MILITAR DO ESTADO (PMESP) <u>PORTARIA DO CMT G, Nº PM1-014/02/12, DE 19-12-</u>

	<u>2012</u> Altera a Portaria do Cmt G, nº PM1-001/02/10, que dispõe sobre o registro e o porte de arma de fogo na Polícia Militar e dá providências
Transportes Metropolitanos (STM)	GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO STM N° 106, 20-12-2012</u> Assegura, em caráter excepcional, ao aluno regularmente matriculado na Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP de nível constante do artigo 2º da Resolução STM-10, de 22 de janeiro de 2003 a complementação da quota do passe escolar metropolitano no mês de dezembro, a cota de janeiro de 2013 totalizando 50 viagens completas entre a origem e o destino para cada mês
Universidade de Campinas (UNICAMP)	CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSU) <u>DELIBERAÇÃO CONSU-A-30, DE 18-12-2012</u> Altera a Deliberação CONSU-02/87, que aprova e expede o Regimento Interno do Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas
Universidade de São Paulo (USP)	REITORIA <u>PORTARIA GR N° 5986, DE 21-12-2012</u> Altera dispositivos da Portaria GR nº 5813/2012, que dispõe sobre a gratificação para execução de trabalho técnico desenvolvido nos processos de reconhecimento ou equivalência de títulos de graduação e pós-graduação <u>RESOLUÇÃO USP N° 6482, DE 21-12-2012</u> Regulamenta a competência da Congregação para estabelecer áreas de formação e/ou de concentração pós-graduada, como requisitos de inscrição em concurso docente <u>PORTARIA PRCEU 95, DE 17-12-2012</u> Cria o Projeto Tenda Cultural Ortega Y Gasset e dá outras providências
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
22/12/2012	PROJETOS DE LEI PROJETO DE LEI N° 780, DE 2012 Institui e estabelece a campanha anti- bullying nas escolas públicas e privadas do Estado de São Paulo. D.O. Legislativo, 22/12/2012, p. 10 PROJETO DE LEI N° 779, DE 2012 Dispõe sobre a obrigatoriedade da permanência de guarda vidas em piscinas coletivas e congêneres. D.O. Legislativo, 22/12/2012, p. 10 PROJETO DE LEI N° 778, DE 2012 Dispõe sobre a obrigatoriedade da inscrição da frase "Descartar em local apropriado - O planeta Terra agradece", em rótulos de propaganda dos produtos em garrafas pet. D.O. Legislativo, 22/12/2012, p. 9 PROJETO DE LEI N° 777, DE 2012 Estabelece a obrigatoriedade de afixação de placas em hotel, motel, pensão ou estabelecimento afins – redação do artigo 82

	do Estatuto da Criança e do Adolescente. D.O. Legislativo, 22/12/2012, p. 9 PROJETO DE LEI Nº 774, DE 2012 Cria a Política Estadual de Amparo e Assistência à Mulher Vítima de Violência e dá outras providências. D.O. Legislativo, 22/12/2012, p. 9 PROJETO DE LEI Nº 770, DE 2012 Determina providências no Estado de São Paulo, para a implantação de programas de interesse à saúde pública, relacionados a cães e gatos D.O. Legislativo, 22/12/2012, p. 8 PROJETOS DE RESOLUÇÃO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 21, DE 2012 Altera a Resolução nº 753, de 1994, que instituiu o Serviço de Defesa contra o Racismo (SOS-Racismo). D.O. Legislativo, 22/12/2012, p. 10 TRIBUNAL DE CONTAS Comunicado SDG nº 48/2012 O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo comunica que as áreas de atuação das Unidades Regionais de São José do Rio Preto (UR-8) e Araraquara (UR-13) sofrerão alterações a partir do dia 1º de janeiro de 2013. Seguem abaixo * os quadros indicativos dos Órgãos sujeitos à fiscalização e as correspondentes Diretorias e Unidades Regionais responsáveis. Dúvidas poderão ser esclarecidas pelos telefones 3292-3672 e 3292-3676, lembrando, ainda, que papéis e documentos poderão ser protocolados na Capital ou em qualquer das Unidades Regionais, independente da jurisdição a que pertençam. SDG, em 21 de dezembro de 2012. Sérgio Ciquera Rossi Secretário-Diretor Geral D.O. Legislativo, 22/12/2012, p. 19 *Anexos disponíveis na versão eletrônica do D.O.
21/12/2012	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 769, DE 2012</u> Dispõe sobre a proibição das empresas prestadoras de segurança e ou vigilância patrimonial de utilizarem a cor "azul marinho", nos uniformes dos funcionários que exerçam a atividade de segurança. <u>PROJETO DE LEI Nº 768, DE 2012</u> Proíbe aos bares, restaurantes, lanchonetes e similares no Estado de São Paulo a prática de deixar de atender a solicitação de mesa de clientes, por não estarem presentes o total de ocupantes da mesa solicitada.
20/12/2012	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 765, DE 2012</u> Institui a meia-entrada em espetáculos teatrais e musicais, exposições de arte, exhibições cinematográficas e demais manifestações culturais e ou esportivas para as Guardas Municipais.

	<u>PROJETO DE LEI Nº 764, DE 2012</u> Dispõe sobre a faculdade dos beneficiários da regularização fundiária realizarem, coletivamente, os procedimentos necessários para a efetivação da demarcação urbanística no Estado de São Paulo. <u>PROJETO DE LEI Nº 763, DE 2012</u> Dispõe sobre a instituição da "Semana Estadual de Educação de Trânsito para Motociclistas" no Estado de São Paulo MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 1153, DE 2011 Mensagem A-nº 138/2012, do Senhor Governador do Estado São Paulo, 19 de dezembro de 2012 Senhor Presidente Tenho a honra de transmitir a Vossa Excelência, nos termos do artigo 28, § 1º, combinado com o artigo 47, inciso IV, da Constituição do Estado, as razões de veto parcial ao Projeto de lei nº 1153, de 2011, aprovado por essa nobre Assembleia, conforme Autógrafo nº 29.961. [...] D.O. Legislativo, 20/12/2012, p. 21 VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 871, DE 2011 Mensagem A-nº 137/2012, do Senhor Governador do Estado São Paulo, 19 de dezembro de 2012 Senhor Presidente Tenho a honra de transmitir a Vossa Excelência, nos termos do artigo 28, § 1º, combinado com o artigo 47, inciso IV, da Constituição do Estado, as razões de veto total ao Projeto de lei nº 871, de 2011, aprovado por essa nobre Assembleia, conforme Autógrafo nº 29.960. [...] D.O. Legislativo, 20/12/2012, p. 21
19/12/2012	PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 50, DE 2012</u> Mensagem A-nº 136/2012, do Senhor Governador do Estado São Paulo, 17 de dezembro de 2012 Senhor Presidente Tenho a honra de encaminhar, por intermédio de Vossa Excelência, à elevada deliberação dessa nobre Assembleia, o incluso projeto de lei complementar que altera as leis complementares que especifica, e dá providências correlatas. [...] PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 760, DE 2012</u> Altera a redação de dispositivos do Decreto-lei nº 13.654, de 06 de novembro de 1943, que dispõe sobre promoções de Oficiais da Polícia Militar. TRIBUNAL DE CONTAS <u>COMUNICADO SDG Nº 47/2012</u> O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo alerta que em face das inconsistências apontadas pelas dependências da fiscalização, as informações relativas às conciliações bancárias dos órgãos públicos municipais deverão ser efetuadas mensalmente.

	Orientações mais específicas sobre a remessa desses dados serão oportunamente divulgadas pela Divisão de Auditoria Eletrônica-AUDESP na página http://www4.tce.sp.gov.br/vw_audesp_comunicados SDG, 18 de dezembro de 2012. SÉRGIO CIQUERA ROSSI SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL <u>COMUNICADO SDG N° 46/2012</u> O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo Considerando que o Decreto nº 6.976/2009 conferiu à Secretaria do Tesouro Nacional, na condição de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, a responsabilidade da elaboração de um Plano de Contas padronizado para a federação; Considerando que de acordo com o cronograma definido pela Portaria STN 439/2012, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), resultado de um amplo debate democrático, no âmbito do Grupo de Padronização de Procedimentos Contábeis – GTCON deve ser implantado no exercício de 2013; Considerando a concretização de todas as medidas anunciadas no Plano de Ação Sistema AUDESP – Estrutura de Códigos Contábeis adaptada ao PCASP/2013, divulgado na Reunião realizada em 28/06/2012 com representantes de 52 empresas privadas e 12 órgãos públicos, desenvolvedores de sistemas de contabilidade aplicada ao setor público; Considerando os resultados obtidos no ambiente de Teste do Sistema AUDESP, criado para encaminhamento de dados contábeis utilizando a Estrutura de Códigos 2013, adaptada ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP; Considerando que a adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP contribuirá para o aprimoramento da consolidação contábil prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal; Comunica aos órgãos jurisdicionados da área municipal que o envio da movimentação contábil, de forma eletrônica, a partir do Balancete de janeiro de 2013, deverá observar a Estrutura de Contas AUDESP 2013, já adaptada ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, que se encontra disponível na página http://www4.tce.sp.gov.br/content/plano-de-contas-2013 SDG, 18 de dezembro de 2012. SÉRGIO CIQUERA ROSSI SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL
18/12/2012	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI N° 757, DE 2012</u> Mensagem A-n° 135/2012, do Senhor Governador do Estado São Paulo, 17 de dezembro de 2012 Senhor Presidente Tenho a honra de encaminhar, por intermédio de Vossa Excelência, à elevada deliberação dessa nobre Assembleia, o incluso projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito com instituições financeiras controladas pela União, e dá providências correlatas. [...] D.O. Legislativo, 18/12/2012, p. 20 <u>PROJETO DE LEI N° 756, DE 2012</u>

	Dispõe sobre a liberação dos consumidores em utilizarem livremente a rede de assistência técnica autorizada ou credenciada, no âmbito do Estado de São Paulo. <u>PROJETO DE LEI N° 755, DE 2012</u> Dispõe sobre a obrigatoriedade da disponibilização de dependência para amamentação e fraldário em Shoppings Centers, restaurantes, hipermercados, supermercados, bares, aeroportos e outros estabelecimentos especificados, que recebam fluxo de pessoas, no âmbito do Estado de São Paulo <u>PROJETO DE LEI N° 754, DE 2012</u> Torna obrigatória a afixação de cartazes em todos os estabelecimentos de comercialização de passagens aéreas no Estado de São Paulo, informando sobre o inteiro teor dos artigos. 47 e 48 da Resolução ANAC nº 9, de 5 de junho de 2007, e dá outras providências TRIBUNAL DE CONTAS <u>COMUNICADO GP N° 06/2012</u> Processo Eletrônico – e-TCESP O Conselheiro Renato Martins Costa, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, comunica, nos termos do art. 4º da Resolução nº 01/2011, que devido à suspensão do expediente no Tribunal, deliberada nos termos do Ato GP nº 02/2012, publicado no D.O.E. de 09 de fevereiro de 2012, o Sistema de Processo Eletrônico estará indisponível das 17h00min do dia 21/12/2012 às 08h00min do dia 07/01/2013. Também estarão indisponíveis no mesmo período as consultas processuais do Portal e-TCESP. Publique-se. GP, 13 de dezembro de 2012. RENATO MARTINS COSTA PRESIDENTE
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
22/12/2012	<u>LEI N° 15.679, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012</u> (PROJETO DE LEI N° 131/12, DO EXECUTIVO, APROVADO NA FORMA DE SUBSTITUTIVO DO LEGISLATIVO) Cria o Fundo Municipal do Idoso. <u>DECRETO N° 53.657, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Fixa o valor dos preços de serviços prestados por Unidades da Prefeitura do Município de São Paulo. <u>DECRETO N° 53.656, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Aprova tabela de atualização do valor monetário das multas administrativas.
21/12/2012	<u>DECRETO N° 53.649, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Introduz alterações nos artigos 2º, 3º, 4º, 5º e 11 do Decreto nº 50.833, de 1º de setembro de 2009, que dispõe sobre a instituição, composição e atribuições das Comissões de Avaliação de Acúmulo de Cargos previstas no § 4º do artigo 77 da Lei nº 11.229, de 26 de junho de 1992, com a redação conferida pelo artigo 1º da Lei nº 14.912, de 26 de março de 2009.

	<u>DECRETO Nº 53.648, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Atualiza, para o exercício de 2013, os valores unitários de metro quadrado de construção e de terreno constantes da Planta Genérica de Valores, o valor limite de metro quadrado de terreno de imóveis residenciais verticais e os valores das multas relativas aos Impostos Predial e Territorial Urbano, bem como concede desconto para pagamento à vista do IPTU.
20/12/2012	<u>DECRETO Nº 53.646, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012</u> Cria e denomina o Parque Municipal Savoy. (Distrito de Cidade Líder)
19/12/2012	<u>LEI Nº 15.676, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012</u> (PROJETO DE LEI Nº 434/12, DO EXECUTIVO) Dispõe sobre a vedação do transporte remunerado individual de passageiros sem que o veículo esteja autorizado para esse fim.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa

mariaisa@sp.gov.br

Casa Civil do Estado de São Paulo

Centro de Documentação e Arquivo - CDA

(11) 2193-8107 e 8144

ccivil@sp.gov.br

Izabel C. Filgueiras de Almeida - icalmeida@sp.gov.br

Júlio César de Paula - jcdepaula@sp.gov.br

Marcelo Conti - mconti@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107.